

A emergência de um agente político e o uso da escrita. Um estudo sobre praticas de letramento num contexto de titulação quilombola.

Luanda Rejane Soares Sito

Resumo

Este trabalho analisa como lideranças quilombolas lidam com práticas de escrita institucionais durante seu processo de titulação de terras com base no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. A comunidade deste estudo, que se encontra na fase final de regularização territorial, foi a primeira a ser reconhecida pelos governos federal e estadual como quilombola no sul do Brasil na década de 1990. Por conta da titulação, a comunidade fundou uma Associação Comunitária para representá-la nas negociações com as diferentes instituições governamentais e não governamentais envolvidas na titulação dos territórios quilombolas. Sobre a Associação, em trabalho de campo realizado entre 2005 e 2006, observei que ela exigiu práticas letradas para sua administração; além disso, pude ver que a redação da ata por vezes gerou conflitos e tensionou a concepção de confiança local. Com enfoque na abordagem sócio-cultural e etnográfica dos Estudos de Letramento na perspectiva transdisciplinar da Lingüística Aplicada, considero que os usos sociais da escrita (práticas de letramento) são constituídos pelas condições efetivas de seu uso, isto é, são situados; e buscamos examinar criticamente as práticas de letramento dominantes (de acadêmicos e burocratas), a fim de desnaturalizar as concepções valorizadas sobre usos da escrita a partir de um contexto de atuação política de comunidade quilombola.